

# MAQUIAVEL, O INDIVÍDUO E A LIBERDADE: O PRÍNCIPE DEMOCRÁTICO\*

Ailton Vieira da Cunha\*\*

*“Enfim, se este trabalho não me der glória,  
também não me servirá de condenação.”*

*Maquiavel*

## Introdução

Desde a antigüidade os homens buscam uma forma de organização social que seja baseada em princípios justos e eqüitativos. Entretanto, esses critérios de justiça e eqüidade sempre tenderam para modelos de sociedades ideais geralmente fundamentados em uma concepção de natureza humana paradisíaca. As concepções de mundo holísticas carregam uma certa responsabilidade acerca dessa concepção do “bom homem”. A inauguração de uma forma de pensar mais voltada para a realidade, assim como ela é, desponta fortemente a partir do século XV. A modernidade traz consigo uma visão de mundo mais voltada para o indivíduo e, portanto, mais realista.

---

\* Este ensaio é fruto do curso “Teoria Política Clássica” ministrado pelo prof. Dr. Fernando Magalhães no 1º semestre de 1999 no Mestrado em Ciência Política da UFPE.

\*\* O autor integra o aluno do Programa de Pós-Graduação e Sociologia na UFPE.

Esta visão de mundo individualista é a semente da concepção de liberdade do mundo moderno. Concordo com Merquior (1991: 36) quando diz: “a cultura moderna é normalmente associada a uma profusão de direitos *individuais*; historicamente, podemos dizer que a liberdade se relaciona com o advento da civilização moderna, primeiro no Ocidente e, depois, em outras partes do mundo. Parece seguir-se a fórmula de que a liberdade é igual a modernidade que é igual a individualismo”. Porém, o século XV, apesar de marcar este advento, ainda se apresentava *ex ante* medieval, teocêntrico e holístico assim como demonstra a pintura, a arquitetura e outras manifestações artísticas da época. Segundo Magalhães (1993: 09), “foi a individualidade burguesa que abriu caminho para a aceitação do ‘corte ideológico’ entre uma ética unitária (e comunitária) que não havia desaparecido totalmente, e uma ética fundamentada na condição individual do homem moderno”. Em outras palavras, no século XV, coexistiam fortemente valores holísticos e individualistas. Finalmente, o dualismo – entre o modo de pensar holístico da teodicéia cristã medieval, de um lado; e do pensar individualista atracado à modernidade renascentista, de outro lado – compõem o *backdrop* do século XV.

É neste confronto entre as formas de pensar holística e individualista que surge um dos arautos da modernidade, Nicolau Maquiavel. Maquiavel debuta no seio da Europa uma defesa por uma idéia de natureza humana realista. O indivíduo nesta concepção aparece despojado das amarras estruturais que reduzem sua liberdade de ação e de escolha.

Aqui, o meu principal objetivo é tentar demonstrar como o pensamento de Maquiavel, mesmo advogando um “poder centralizado”, estreia postulados

fundamentais para a liberdade individual e para a democracia. Como argumenta Magalhães (*Ibid.*, 10):

“Foi a teoria de Maquiavel, entre todas, sem dúvida, a responsável pela separação de uma determinada ética da ação política, que marcou não apenas o começo da Era Moderna, mas se estendeu à política dos nossos dias. Vivemos sob o império da ética burguesa, não obstante sua forma tenha se modificado ao longo desses quase cinco séculos.”

Da citação acima é possível concluir que tanto as idéias de Maquiavel iniciam o individualismo moderno quanto são influentes na tomada de decisões políticas da atualidade. Vivemos sob o império da democracia liberal fruto do liberalismo moderno em seu aspecto ético, político, social e econômico. Isto não implica, obviamente, que Maquiavel tenha sido um defensor da democracia. Entretanto, o pensamento de Maquiavel desponta como um dos pilares da democracia liberal em seu aspecto político e ético.

Este artigo está dividido em três seções e uma breve conclusão. Na primeira seção, trato de expor o contexto histórico-político das idéias de Maquiavel e sua relação com o conceito de liberdade. Na segunda, traço similaridades entre *O Príncipe* e os *Discorsi*, destacando o aspecto estratégico acionista da primeira obra, e a abordagem institucionalista estrutural da última. Na terceira seção, procuro demonstrar como o individualismo maquiaveliano apresenta-se lado a lado com o conceito de liberdade. Finalmente, na conclusão busco traçar algumas *remarks* sobre o ensaio como um todo.

## 1. O cidadão florentino e a Razão de Estado

Como um defensor de principados pode pensar em liberdade? Maquiavel foi um pensador para além do seu tempo. Esta pode ser uma boa resposta para esta pergunta. Em face às grandes mudanças que ocorreram na Europa após o século XV, o surgimento do Estado nacional é, do ponto de vista político, o grande evento da modernidade. As condições geopolíticas da Europa do século XV demandavam, olhando politicamente, um poder centralizado que tivesse bases territoriais, um modelo de organização social sustentado pela soberania nacional. O ideal do estado unificado tem um lugar de bastante importância na análise social do pensamento de Maquiavel.

O ponto central desta seção é mostrar que, mesmo interessado em um estado centralizado, Maquiavel estava preocupado com a liberdade individual. Os dois conceitos-chaves são: Ação Política e Razão de Estado. Com efeito, o gradiente de liberdade do indivíduo tem necessariamente que diminuir em função da "Razão de Estado". Em relação à expressão "Razão de Estado", Pistone afirma que (In: Bobbio, 1983: 1066):

*"O ponto de partida se situa no limiar da Idade Moderna e é constituído pelas instituições geniais e inspiradoras de Maquiavel, com que começa a emergir, em seus contornos mais gerais, o conceito de Razão de Estado, mas não ainda a sua exata formulação verbal. Antes disso, é possível descobrir na história do pensamento político numerosas antecipações parciais, às vezes bastante agudas, de tal teoria, mas está fora de dúvida que é só com Maquiavel que se*

*registra um salto qualitativo capaz de constituir o começo de uma nova tradição de pensamento."*

Apesar das inúmeras interpretações que são dadas à obra de Maquiavel, estas não impedem que se possa identificar um traço fundamental do intelectual florentino. Conforme Boudon (1993: 317), "o sucesso ou insucesso de tais empreendimentos depende do cálculo, da astúcia, do autodomínio. É seu caráter estratégico que atrai Maquiavel; é pois a ação como combinação de meios e fins que pretende estudar." Ainda, segundo Boudon (*Ibid.*: 318.), "para Maquiavel, a ação política é estratégica; não visa à satisfação narcisista do ator, mas à criação ou consolidação dos estados". Com esta idéia de ação política, Maquiavel dá um passo de grande importância para uma análise realista e racional dos fenômenos sociais. Em outras palavras, o conceito de ação política de Maquiavel dá um lugar de igual importância tanto às regularidades institucionais como às iniciativas individuais. Nos *Discorsi* Maquiavel afirma (1994: 157):

*"Quando se toma conhecimento de que as boas instituições que regulavam a república romana, devido à sua sabedoria e à de tantos ilustres cidadãos, não eram suficientes; e que cada dia os acontecimentos obrigavam a promulgar novas leis em favor da liberdade, não nos devemos espantar de que em outros Estados, cuja origem foi desordenada, surjam dificuldades que tornem impossível restabelecer neles a ordem pública" [os grifos são meus].*

Na citação acima, Maquiavel justapõe os conceitos de lei e liberdade. Na verdade, o problema é a origem de Florença e sua dependência do império romano que dificultaria a implementação de instituições que garantissem a liberdade do cidadão. Mas, subjacente a este problema, ao justapor os conceitos de lei e liberdade, Maquiavel dá um passo importante para se pensar instituições democráticas. Friedrich von Hayek (1983: 18), um dos liberais contemporâneos mais conhecidos, argumenta a respeito do conceito de lei:

*“Sendo resultado de circunstâncias que o indivíduo criou para si, a coerção prevista pelas normas gerais conhecidas passa então a constituir um instrumento auxiliar do indivíduo na busca de seus próprios objetivos e não um meio a ser usado para alcançar objetivos de outrem.”*

O mesmo vale para Maquiavel. Quando as leis são elaboradas pelos cidadãos como um meio de manter a liberdade e a ordem social, elas tendem a funcionar mais como meios do que como fins. É visível nos *Discorsi*, que o tipo de república imaginada por Maquiavel comporta uma defesa por instituições que garantam tanto a liberdade do cidadão (indivíduo) como a Razão de Estado. Como afirma Maquiavel (*Ibid.*: 200.):

*“Como dissemos, todos os Estados e cidades que vivem sob a égide da liberdade, em qualquer lugar, têm sempre o maior êxito. A população é mais numerosa, porque os casamentos são mais livres e desejáveis; cada um*

*tem todos os filhos que pode manter, porque não teme perder o patrimônio, e sabe que eles não serão escravos, mas sim homens livres, capazes de chegar, pelas suas qualidades, às posições mais elevadas. Multiplicam-se então as riquezas: as que a agricultura produz e as que derivam da indústria.”*

Por fim, é evidente que dada as condições da época, Maquiavel coloca primeiro a importância da constituição de um estado forte e centralizado como forma não de coibir os indivíduos, mas sim de garantir um lugar geopolítico importante da sua Itália na Europa Renascentista.

## **2. A ação estratégica no *Príncipe* e os limites institucionais da lei nos *Discursos*: desejos e oportunidades**

O propósito principal desta seção é mostrar que, se de um lado Maquiavel em *O Príncipe* argumentou acerca da centralidade do indivíduo na tomada de decisão, de outro lado, em seus *Discorsi*, ele salienta o papel importante que as instituições desempenham na constituição da sociedade. No capítulo segundo dos *Discorsi*, Maquiavel sustenta a idéia de que para a manutenção da ordem de uma cidade é necessário além de boas instituições a presença de um legislador sábio. Sugere-se, assim, uma abordagem semelhante a defendida por individualistas contemporâneos. Jon Elster (1989), por exemplo, acha que para dar conta de fenômenos sociais complexos é preciso buscar explicação nas ações humanas individuais. Entretanto, este autor concede grande importância ao aspecto constitucional da sociedade.

O príncipe pode ser visto como um indivíduo em busca de otimizar suas ações. Segundo Bondanella (1979: 23), “Maquiavel também acredita que grandes ações por um único indivíduo são requeridas para fundar repúblicas, criar religiões, e reformar instituições militares, políticas ou religiosas corruptas”. Aqui o individualismo de Maquiavel é extremamente forte. As ações do príncipe são acrescidas também de um conteúdo estratégico. Como dizia o Príncipe, “precisa pois, ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos”. (Maquiavel, 1987 :73).

Para o desenvolvimento de minha argumentação, em primeiro lugar, é importante notar os “termos” que o florentino usa para a tomada de decisão (*decision making*) do príncipe. Os termos que Maquiavel usa insistentemente são o de oportunidade (*occasione*), habilidade individual (*virtú*) e o acaso (*fortuna*). Eu não diria que os termos são iguais, mas, com certeza, há um ponto de similitude entre os empregados por Elster e Maquiavel. Em busca de explicar a emergência e a mudança das instituições sociais, Elster lança mão de uma construção teórica para explicar a ação social onde a habilidade individual e as oportunidades desempenham um papel significativo. Tanto para Maquiavel como para Elster, as habilidades individuais e o acaso contrapostos com as oportunidades são os ambientes onde a agência estratégica (o príncipe) orienta a tomada de decisões. Os meios e os fins, a ação estratégica, são termos arquetípos de Maquiavel, frutos de sua visão individualista.

Ao contrário do que afirma Carlos Estevam Martins, (1987) em sua consultoria à edição de *Os Pensadores*, (1987) sobre Maquiavel, “a vontade criadora não passa [para Maquiavel], assim, de um método para a ação, pois o agir humano está condicionado pela necessidade”. Nesta afirmação de Martins, encerra-se uma

interpretação unilateral da obra de Maquiavel, a assertiva de que a ação humana está condicionada pela necessidade. O autor, desta forma, olvida os pressupostos individualistas do *Príncipe*. Ou seja, mesmo nos *Discorsi*, obra de defesa institucional, Maquiavel afirma sua posição individualista, “para que se possa entender melhor como a virtude foi, em Roma, mais importante do que a boa sorte para explicar a conquista do império (...)” (Maquiavel, 1994: 195). A virtude é a habilidade do indivíduo lidar com os constrangimentos estruturais das oportunidades e do acaso. O determinante da ação dos homens livres é o amor pela liberdade. “Os homens prudentes sabem tirar proveito de todas as suas ações, mesmo daquelas a que a necessidade os obriga” (Maquiavel, 1994: 161). Para Maquiavel as necessidades não determinam o curso da ação estratégica.

Com efeito, *O Príncipe* é a obra cujo propósito principal é a orientação para a tomada de decisão estratégica. Chatelet (1993: 755) chama atenção para este tema. Segundo este autor, o tema de uma lógica atomista concebe os dilemas e as decisões do príncipe sobre o modelo de uma racionalidade calculista utilitarista. Um exemplo de uma ação estratégica visando fins encontra-se na seguinte citação:

“Muitos julgam, por isso, que um príncipe sábio, quando tiver ocasião, deve fomentar com astúcia certas inimizades contra ele mesmo, a fim de que pela vitória sobre os inimigos mais se possa engrandecer” (Maquiavel, 1987: 89).

Maquiavel aconselha, acima, um modelo de ação estratégica indireta. De modo que os efeitos das ações do príncipe tenham resultados esperados ótimos em relação aos

fiis. Observa-se, também, que Maquiavel concede um peso especial, – na tríade habilidade individual, oportunidade e acaso – às habilidades individuais do príncipe como, por exemplo, a sabedoria.

Concluindo, o pensamento de Maquiavel dá lugar especial às habilidades individuais (virtú), dadas as condições da fortuna e das oportunidades. As ações do príncipe de Maquiavel são orientadas por dois filtros básicos, os desejos e as oportunidades, onde o mecanismo causal da tomada de decisão é a escolha racional orientada para fins.

### 3. Individualismo e liberdade: para uma sociedade democrática

Sobre o tema individualismo e liberdade na obra de Maquiavel, irei remontar novamente à tríade – *virtú, occasione e fortuna* – onde vejo mais claramente a orientação individualista do pensamento de Maquiavel. Na verdade, assim como Thomas Hobbes, Maquiavel antecede o individualismo liberal de Jonh Locke em seu conceito de liberdade. Como argumenta Sadek (1997: 21):

*“A crença na predestinação dominava há longo tempo. Este era um dogma que Maquiavel teria que enfrentar, por mais fortes que fossem os rancores que atraísse contra si. Afinal, a atividade política, tal como arquitetara, era uma prática do homem livre de freios extraterrenos, do homem sujeito da história. Esta prática exigia virtú, o domínio sobre a fortuna.”*

Através das habilidades individuais o homem livre domina a fortuna, ou seja, o próprio acaso. As oportunidades para Maquiavel deixam de ser somente constrangimentos para os indivíduos para se tornarem meios para consecução de metas. A livre vontade dos indivíduos, orientada pela racionalidade, constrói a ação humana virtuosa. Como afirma Maquiavel (O Príncipe, cap. XXV), “creio ainda que será venturoso aquele cujo procedimento se adaptar à natureza dos tempos, e que, ao contrário, será desditoso aquele cujas ações estiverem em discordância com ela”. Considerando que a natureza dos tempos é produzida pelas ações virtuosas, estas ações virtuosas servirão de parâmetros para futuras ações dadas as oportunidades. Aqui se confirma a orientação individualista de Maquiavel.

Ainda em relação à tríade – *virtú, occasione e fortuna* – considero estes termos como proto-idéias do pensamento de Maquiavel com grandes semelhanças às idéias que hoje estão presentes em individualistas metodológicos, tal qual em Friedrich August von Hayek (1983), por exemplo. Segundo este autor:

*“Por mais humilhante que seja para o orgulho humano, devemos reconhecer que o progresso e até a preservação da civilização dependem no máximo de oportunidades para que as coisas possam acontecer. Estas causalidades ocorrem graças a combinação de conhecimentos e atitudes, aptidões e hábitos adquiridos pelos indivíduos e também quando indivíduos treinados se defrontam com problemas específicos que estão preparados para solucionar nosso inevitável desconhecimento de tantas coisas significa que teremos de lidar, em grande parte,*

com probabilidade e acasos” [os grifos são meus].

Hayek argumenta que a justificativa da liberdade baseia-se no reconhecimento da ignorância. “A liberdade é essencial para que o imprevisível exista”. Em uma tomada de decisão ótima é importante que sejam consideradas as oportunidades e as incertezas. Entretanto, a presença do homem livre e treinado (habilidade individual) é a causa mais provável do sucesso da ação. É notória a utilização de uma terminologia conceitual por parte do Hayek, embora em um nível de elaboração mais fino, bastante próxima às idéias de Maquiavel.

Tanto a liberdade quanto o individualismo são temas recorrentes na obra de Maquiavel. Sem dúvida, os temas acima constituem hoje os conceitos básicos do pensamento democrático liberal. Conforme Isaiah Berlin (1978: 46), “qualquer coisa que tenha sido, não há dúvida que Maquiavel foi um patriota apaixonado, um democrata, um entusiasta da liberdade e *O Príncipe* deve ter tido por finalidade, como Spinoza o explica com muita clareza, acautelar os homens contra o que os tiranos podem fazer, a fim de ajudá-los a resistir a eles”. Por fim, se democrata ou não Maquiavel é um defensor arguto da individualidade e da liberdade.

## Conclusão

A obra de Maquiavel tem múltiplas faces. Se *O Príncipe* pode ser visto como uma sátira, como diz Berlin (1978), Maquiavel é um entusiasta da democracia. Com efeito, se o trabalho do florentino alguma vez escamoteia a liberdade individual, isto se dá somente em função da Razão

de Estado. O peso da época em que Maquiavel viveu pode ser sentido em suas principais obras, mas não tenho dúvidas; para uma boa interpretação destas é fundamental lançar mão do quadro conceitual do próprio autor. Os desejos e as oportunidades orientam a tomada de decisão dos indivíduos. Isolar Maquiavel em uma camisa de força do seu tempo, também não é uma boa interpretação. Maquiavel foi um estrategista.

Na tríade acima analisada é pouco provável que as forças da *occasione* determinem as ações individuais. Há um lugar de grande importância, da explicação em Maquiavel, para as habilidades individuais (*virtú*). A combinação da oportunidade junto com a ação estratégica é o ponto central da teoria política de Maquiavel. Sob estes fundamentos Maquiavel dá lições tanto para ascensão dos impérios como para a queda destes.

O indivíduo na obra de Maquiavel é o homem livre. A liberdade individual é tema recorrente no trabalho de Maquiavel. “Deus não quer fazer tudo, para não tolher o livre arbítrio e parte da glória que nos cabe”. (Maquiavel, 1987: 108). O indivíduo e a liberdade estão na base da fundamentação de todo princípio democrático. A civilização moderna caminha ainda sobre a rodagem rumo à liberdade. Como disse Merquior (1991), liberdade é igual a individualismo. Existem boas razões, em face destas evidências, para considerar Maquiavel um “príncipe democrático”. Se não, será um esclarecido?

A estratégia que orienta o pensamento do florentino é a prudência na consideração das ocasiões, agir conforme o grau menor de incertezas e interterminações sobre os resultados das ações. Em última análise, as ações individuais do príncipe, devem lograr sucesso. A responsabilidade que conduz essas ações é a construção de um Estado nacional forte e soberano.

Entretanto, a liberdade tem um valor fundamental na obra de Maquiavel. Para uma leitura mais realista da sua obra, é necessário considerar esta dicotomia entre a idéia de Razão de Estado e liberdade individual. Assim, como o mundo moderno surgiu sobre os alicerces do individualismo e da construção de um estado forte, a obra de Maquiavel também se ergue sobre estes postulados fundamentais.

*O Príncipe* e os *Discorsi* são as representações ideais desta dicotomia. Apesar do aspecto multifacetado do pensamento do florentino, ainda é possível como uma estratégia heurística e metodológica se fazer uma leitura reducionista baseada nestes aportes clássicos. De um lado, o indivíduo com suas habilidades individuais, sua virtude, seus desejos e suas crenças. De outro lado, os constrangimentos das oportunidades que constroem o *feasible set* das escolhas individuais.

À guisa de conclusão, devo afirmar minhas convicções. O trabalho de Maquiavel dadas as condições do seu tempo, apresenta-se hoje com um poder de análise da vida social e política de grande valor. Quando citadas ou apenas mencionadas, as idéias políticas de liberais e/ou conservadores, mostram-se embebidas dos *insights* do pensador florentino. Se democrático ou não, os conselhos de Maquiavel ainda continuam tanto dando orientação aos príncipes quanto ao povo.

## Referências Bibliográficas

- BERLIN, Isaiah. (1978), O problema de Maquiavel. In: Sobre Maquiavel. Brasília, UNB.
- BOBBIO, Norberto, *et al.* *Dicionário de Política*. Brasília, UNB.
- BONDANELLA, Peter, MUSA, Mark. (1979), *The Portable Machiavelli*. USA, Penguin Books.
- BOUDON, Raymond, BOURRICAUD, François. (1993), *Dicionário Crítico de Sociologia*. São Paulo, Ed. Ática.
- CHATELET, F. , *et al.* (1993), *Dicionário das Obras Políticas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- ELSTER, Jon. (1989), *Desires and Opportunities*. In: *Nuts and bolts for the social sciences*. Cambridge, Cambridge University Press.
- , (1979), *Ulysses and the sirens: studies in rationality and irrationality*. Cambridge, Cambridge University Press.
- GARNER, Richard, OLDENQUIST, Andrew G. (ed). (1990), *Society and the Individual: Readings in Political and Social Philosophy*. California, Wadsworth Publishing Company.
- GRAMSCI, Antonio. (1991), *Maquiavel a Política e o Estado Moderno*. 8ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- HAYEK, Friedrich August von. (1983), *Os Fundamentos da Liberdade*. Brasília, UNB.



MAGALHÃES, Fernando.(1993), Maquiavel, a ética e a modernidade brasileira. In: *Perspectiva Filosófica*. Vol. I, n.º 3, julho.

MERQUIOR, José Guilherme. (1991), *O Liberalismo Antigo e Moderno*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

MAQUIAVEL, Nicolau. (1987), *O Príncipe*. São Paulo, Nova Cultural.

———, (1994), *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Brasília, UNB.

NIVALDO Jr. José. *Maquiavel, o Poder, História e Marketing..* Recife, Makplan.

OLSON, Mancur. (1965), *The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups*. Harvard, University Press.

SADEK, Maria Tereza. (1997), “Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna”. In: WEFFORT, Francisco Correia. *Os Clássicos da Política*. São Paulo, Ática.